

ECOSSISTEMAS URBANOS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO PARQUE DE USO MÚLTIPLO DA ASA SUL

Neder Cassio Pimenta (*) , Teobaldo Solino Filho, Rosângela Laura Picoli

* Faculdades ICESP/Promove de Brasília, nedergol@gmail.com.

RESUMO

A consolidação de ecossistemas urbanos se dá com a mesma rapidez que as áreas naturais são retiradas. Essa afirmação pode ser revista a partir do momento que são consolidados também parques urbanos para a geração de benefícios sociais e ambientais. Este estudo tem por objetivo demonstrar os benefícios sociais e ambientais do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul no intuito de identificar como o Gestor pode potencializá-los por meio da percepção ambiental dos frequentadores da área. A partir da revisão teórica das temáticas que envolvem a conservação da biodiversidade em ambientes urbanos e através de questionários aplicados aos frequentadores do parque percebeu-se que é possível aliar a gestão ambiental à geração de benefícios sociais e ambientais por meio da utilidade que os frequentadores atribuem ao parque. Promover a inclusão da sociedade no debate acerca das ações de gestão necessárias às áreas verdes da cidade são uma premissa para que os ecossistemas urbanos possibilitem a conservação da biodiversidade do bioma em que está inserido e ainda proporcione bem-estar à população envolvida. Para tanto, o estudo salienta que o gestor deve se utilizar de uma postura política e multifacetada para compreender e aliar de maneira equânime os interesses sociais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Ecossistemas urbanos, Biodiversidade, Benefícios.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é demonstrar os benefícios sociais e ambientais do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul, através da integração da sociedade com o meio ambiente, por meio do uso para o lazer e realização de atividades esportivas adequadas ao local. Além disso, a presença dessa área no ambiente urbano insere a sociedade no contexto das preocupações com a conservação do meio ambiente induzindo-as voluntariamente a refletirem sobre a importância de se constituir espaços de conservação dentro dos meios urbanos.

Para atingir o referido objetivo visou-se estruturar este artigo por meio de uma pesquisa bibliográfica acerca dos parques urbanos, dos benefícios sociais e ambientais gerados e o papel do gestor ambiental na gestão dos parques. Com este propósito, foram realizadas visitas ao parque da Asa Sul com entrevistas à frequentadores a fim de, identificar as características ambientais percebidas pelos mesmos como relevantes ao seu bem-estar e à conservação do meio ambiente.

O tema deste estudo foi escolhido devido à crença e importância do planejamento urbano concomitante à elaboração de políticas públicas ambientais e também no intuito de promover a conscientização da sociedade sobre os valores ecológicos e a sustentabilidade ambiental. A história do parque adotado como ambiente de estudo se inicia com uma área utilizada para depósito de lixo que, a partir da instituição legal foi modificada melhorando a paisagem e conferindo outros benefícios que serão apresentados neste estudo. Devido a essa guinada na destinação do uso do solo (de lixão para parque) evidencia-se que é possível, por meio da boa gestão das áreas públicas dar uso à espaços que até então deixavam a população em vulnerabilidade quanto à saúde e a segurança.

Este é o papel do gestor, agenciar a conservação do meio ambiente simultaneamente à oferta de benefícios no intuito de promover a aceitação da sociedade perante as áreas verdes e reduzir conflitos socioambientais nessas áreas. Sendo assim, considera-se que há uma contribuição significativa deste estudo aos futuros profissionais da Gestão Ambiental, pois consolida informações relevantes sobre os benefícios gerados a partir da sua atuação técnica e da ação política sobre as áreas urbanas.

MATERIAIS E MÉTODOS

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO

O Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul foi criado pelo Decreto nº 24.036 de 10 de setembro de 2003 (DISTRITO FEDERAL, 2003). Conforme Figura 01, o parque está localizado entre as quadras 613/614 Sul, na cidade de Brasília-DF e possui uma área de cerca de 22 hectares. Nas proximidades do parque localizam-se colégios - igrejas, residências, embaixadas e está limitado também por avenidas principais da cidade, tais como, a L2 Sul e a Avenida das Nações.

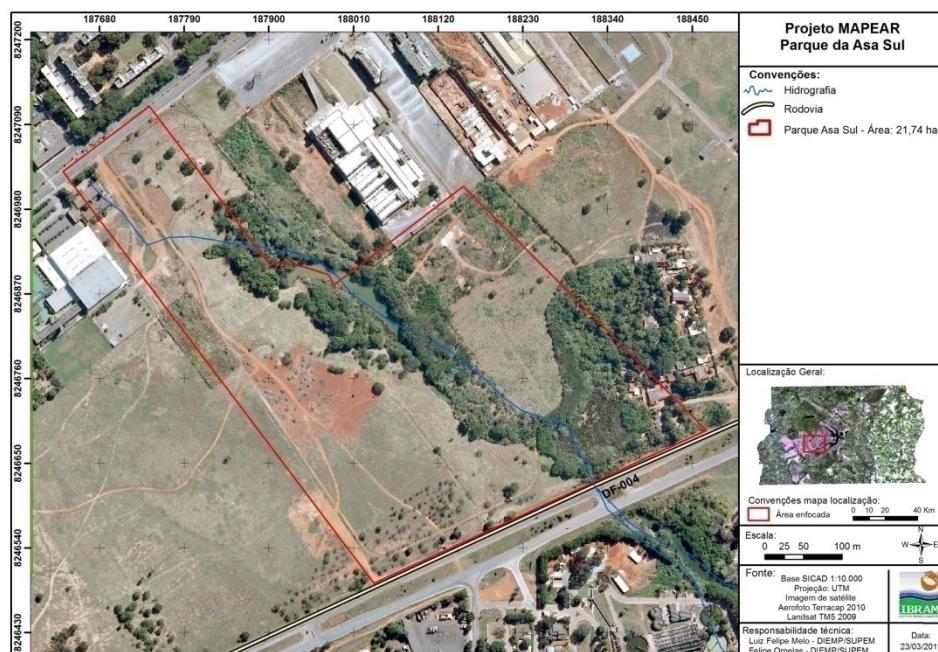


Figura 1 - Localização do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul – Brasília/DF
Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2012.

O parque compreende um trecho de Cerrado que está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) do Corredor Ecológico do Lago Paranoá. O local também possui uma nascente e, portanto apresenta uma Área de Preservação Permanente (APP) além da formação de uma lagoa.

Dadas as devidas características, pode-se dizer que o parque detém um ambiente propício a observações de ecossistemas e da biodiversidade. Além disso, garante a preservação do meio natural ainda existente na área e contribui para abastecer a bacia hidrográfica do Rio Paranoá, uma vez que a nascente presente no parque desemboca no Lago Paranoá.

A sociedade faz uso do local para desenvolver atividades diversas como por exemplo o projeto Gestão Socioambiental e Permacultura do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul que será melhor abordado na apresentação dos resultados.

MÉTODO

O presente estudo utilizou-se de dois métodos para atingir o seu objetivo: a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionário aos frequentadores do parque. O primeiro método corresponde a uma técnica de pesquisa indireta já a segunda como uma técnica direta de captação de informações.

Segundo Kóche (1997 apud MALHEIROS, 2000),

A pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o problema objeto da investigação. É fundamental a todos os demais tipos de investigação, já que não se pode proceder o estudo de algo, sem identificar o que já foi produzido sobre o

assunto, evitando tomar como inédito o conhecimento já existente, repetir estudos já desenvolvidos, bem como elaborar pesquisas desguarnecidas de fundamentação teórica. Por ser etapa obrigatória a todos os demais tipos de pesquisa, não há unanimidade entre os autores sobre a caracterização de estudos eminentemente bibliográficos como pesquisas científicas, embora esse tipo esteja presente na maioria das classificações.

Neste estudo a pesquisa bibliográfica ocorreu acerca dos seguintes temas: ecossistemas urbanos e parques urbanos; benefícios sociais e ambientais e; o papel do gestor. Esses temas foram analisados a luz de teorias identificadas em livros, legislações e pesquisas em mídias digitais.

A aplicação dos questionários e a coleta de informações foram por meio de entrevistas aos frequentadores do parque. A pesquisa de campo foi realizada nos dias 20 e 30 de abril de 2013, no parque da Asa Sul. Em cada oportunidade foram entrevistadas quinze (15) pessoas que frequentam o local, totalizando uma amostra de trinta (30) entrevistados.

Essa intervenção teve por objetivo identificar os benefícios sociais e ambientais do parque da Asa Sul percebidos pelos frequentadores; bem como identificar as ações necessárias para aumentar o número de frequentadores.

Buscou-se evidenciar ainda a percepção ambiental que os frequentadores possuem do parque. Sabe-se que o local é propício para o lazer sem deixar de lado o meio ambiente e a importância de preservar uma área verde tão exuberante dentro da cidade. Visou-se a identificar se os entrevistados percebem a necessidade de haver pouco mais de segurança no local ou dos frequentadores mudarem o comportamento em prol da conservação do ambiente.

RESULTADOS

ECOSSISTEMA URBANO E SUAS ÁREAS VERDES

Ao utilizar pela primeira vez o termo ecossistema, Alfred George Tansley (1871-1955) conceituava como sendo um sistema da análise ecológica na hierarquia dos sistemas físicos. À medida que o conhecimento evolui tem-se a integração de conceitos como níveis tróficos, regulação, equilíbrio e ciclos de energia e matéria conferindo maior complexidade aos ecossistemas tornando-os unidades fundamentais da natureza. Porém, com a construção de conceitos ecológicos na década de 60 e 70 por autores como Rachel Carson, Barry Commoner, Paul Ehrlich e Garret Hardin, bem como a percepção de que o ser humano é interventor nos ciclos biogeoquímicos ampliou a aplicação do termo enfatizando a relação de elementos bióticos e abióticos e acrescentando a sociedade como um ecossistema.

Sendo assim, passa-se a entender como ecossistema também as relações do ser humano com a natureza e as mudanças promovidas no meio, como as mantidas, por exemplo, em uma cidade. A cidade é um ecossistema que dispõe de organismos consumidores (ser humano), ambiente físico em constante transformação e fluxos de energia, matéria e informação que fazem o ecossistema trabalhar. Entender as áreas urbanas como ecossistemas é importante pra que possamos identificar a relação natureza, homem e atividades antrópicas que visam o desenvolvimento social/econômico.

A classificação de um dado território como sendo um espaço urbano se dá por meio de características como ocupação do solo, grau de consumo, bem como da utilização do espaço que repercute em consequências ambientais. Ou seja, áreas urbanas promovem interferências com o meio ambiente relacionadas com a degradação, mas também com a necessidade de preservação de espaços naturais em meio ao crescimento. Sendo assim, os *inputs* e *outputs* decorrentes desse sistema atuam tanto nos elementos naturais como no próprio ser humano e essa interação enfatiza o nosso conceito de ecossistema urbano.

Em meio à existência desse sistema, criam-se paisagens que evidenciam a interação natureza e sociedade como sendo uma relação que não é possível de ser rompida. Ou seja, por mais que a urbanização reduza as áreas naturais existe a necessidade de se manter espaços para que o homem desfrute dos benefícios sociais promovidos pela natureza, mais recentemente encarados como serviços ambientais. Serviços ambientais são benefícios sociais fruto das funções ambientais que os geraram para beneficiar e manter a diversidade de espécies que não a humana.

Todo sistema oferece algum tipo de benefício ou serviço aos elementos integrantes e é compensado por alguma intervenção que tem o intuito primordial de manter ou melhorar os serviços barganhados por meio do sistema. Portanto, se um ecossistema urbano pode oferecer serviços ambientais, por meio da manutenção e interação de áreas naturais - além de outras facilidades que promovem o desenvolvimento econômico como, organização espacial, indústria e

comércio - tem-se uma elevação do bem-estar social, além da possibilidade de um aumento da preservação que atualmente, em ambientes urbanos está sendo sobreposta pelos altos níveis de degradação de recursos. No entanto, manter e fazer com que o ambiente urbano interaja de forma equânime com áreas naturais não é uma relação tão fácil. Na tentativa de efetivá-la tem-se a implantação de áreas verdes urbanas.

As Áreas Verdes Urbanas são espaços físicos arborizados não construídos. Ou seja, são espaços livres onde há predomínio de vegetação arbórea. Neste contexto as áreas verdes urbanas abrangem as praças, os jardins públicos, parques urbanos, os canteiros centrais e trevos de vias públicas.

Conforme Miranda (2011), essas áreas são classificadas em quatro diferentes categorias conforme a sua acessibilidade:

- Urbanas Públicas: nesta categoria estão inclusos os parques urbanos, as praças, complexos recreativos e esportivos, jardim botânico e zoológico, cemitério, etc.
- Urbanas privadas e semi-públicas: nesta categoria estão inseridos os jardins residenciais, hortos urbanos e verdes semi-público.
- Sub Urbanas: nesta categoria pode citar os cinturões verdes e canteiros viários.

Em um ambiente urbano a manutenção dos serviços ambientais e do consequente bem-estar social podem se dar por meio do uso adequado do solo, redução dos índices de poluição, qualidade na infra-estrutura e no planejamento que promove o crescimento das áreas urbanas, mas também por meio da criação ou manutenção de áreas verdes. Diante da variedade de exemplos encontrados para elucidar essas áreas pode-se descrever alguns como: jardins, parques, áreas para proteção da natureza, áreas de uso especial, sistemas de espaços livres, zonas verdes e arborização urbana. Essa diversidade tem origem com a história enraizada na jardinocultura, cuja função de embelezar foi sendo ampliada para finalidades recreativas, culturais e econômicas.

Llardent (1982) conceituou áreas verdes como sendo locais livres onde predominam a vegetação plantada classificando os parques separadamente, como uma área verde que abrange uma função ecológica maior que a exercida por praças e jardins. Além disso, podem-se incluir os canteiros viários na lista de áreas verdes urbanas, estes, em cidades planejadas costumam apresentar área e número de plantas consideráveis. Henke-Oliveira (1996) em seu estudo sobre planejamento ambiental com ênfase em áreas urbanas delimitou os seguintes grupos de áreas verdes urbanas, conforme ilustrados na Figura 2 e descritos abaixo com base no mesmo estudo do autor:

- Áreas livres verdes não arborizadas de acompanhamento viário (A): possuem valor estético, porém pouco valor ecológico;
- Áreas públicas com baixo valor social, devido à acessibilidade, porém com valor ecológico e estético elevados (B). Dividem-se em: B1 – área verde de acompanhamento viário central; B2 – áreas potencialmente coletivas, porém com acesso restrito devido à infra-estrutura ou localização;
- Áreas verdes de uso coletivo alto valor estético, social e ecológico (C);
- Áreas não arborizadas (D), mas com potencial de conversão para áreas como C ou E. Dividem-se em: D1 – áreas devolutas e; D2 – áreas usadas pela população local;
- Áreas localizadas em locais urbanos institucionais, como por exemplo, escolas e atendem necessidades sócio-culturais da população (E);
- Áreas de interesse legal, localizadas próximo à APPs e sem degradação (F);
- Áreas de interesse legal, localizadas próximo à APPs e com comprometimento de suas funções ecológicas (G);
- Áreas localizadas em loteamentos recentes ou em fase de implantação (H). Dividem-se em: H1 – não arborizadas associadas ao sistema viário; H2 – vegetação natural ou semi-natural remanescente e; H3 – áreassem relação com o sistema viário de loteamentos e com presença de culturas.

Na classificação descrita evidencia-se a presença de três principais valores proporcionados pelas áreas verdes urbanas, são eles: ecológico, social e estético classificados por Guzzo (1999). Segundo o autor, os benefícios ecológicos referem-se a capacidade que a vegetação tem de minimizar efeitos ocasionadas por diferentes pressões antrópicas. Com relação à estética destaca-se a capacidade que as áreas verdes possuem de integrar áreas construídas com o ambiente natural suavizando a paisagem. Por fim, os benefícios sociais apresentam-se relacionados com o bem-estar da população usuária desses espaços naturais.

Ambos permitem que os indivíduos façam diferentes usos, porém, nem sempre tais benefícios usufruídos podem ser mensurados. Neste estudo será dada ênfase em específico à descrição e levantamento dos benefícios indiretos de dois tipos de áreas verdes urbanas: os canteiros viários e os Parques.

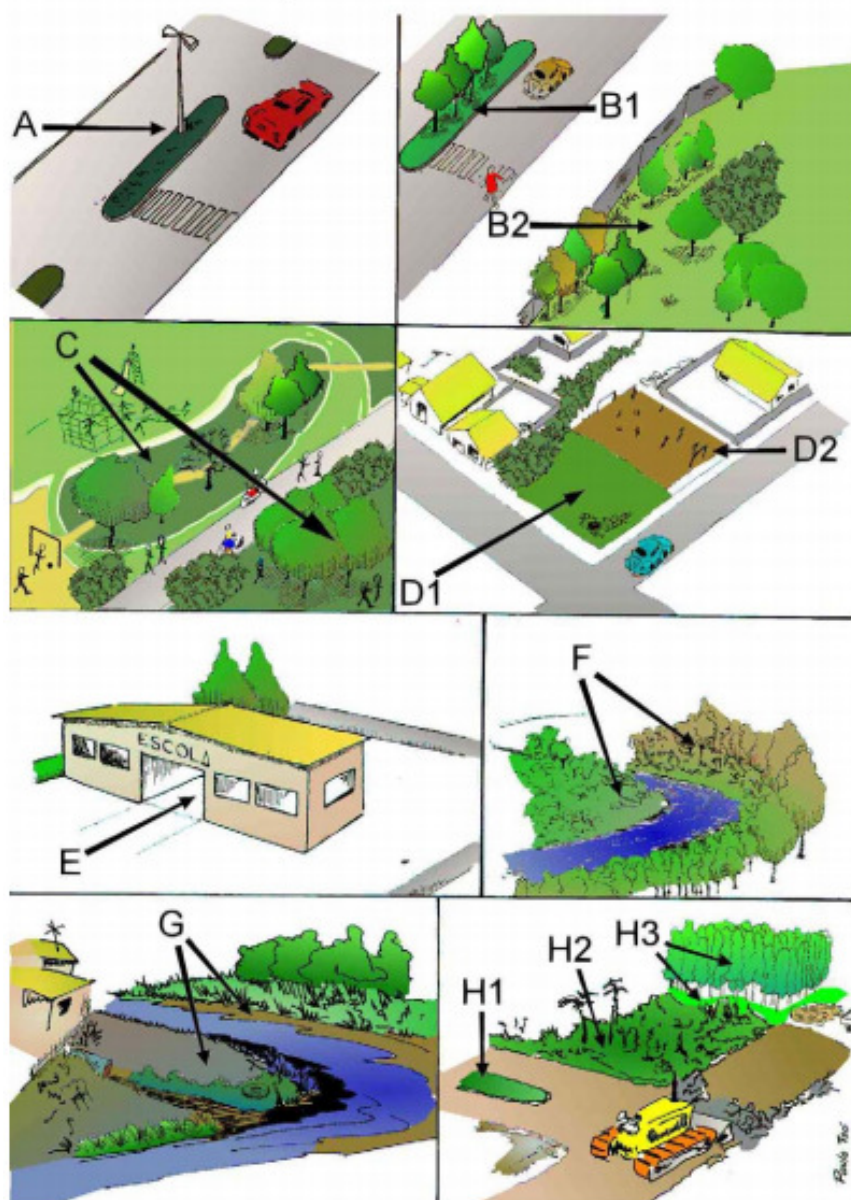


Figura 2 - Grupo de áreas públicas.
Fonte: HENKE-OLIVEIRA,1996.

No caso do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul sua classificação dá-se como uma área urbana pública. Essas áreas são criadas, em sua maioria por meio de legislações distritais elaboradas por seus legisladores de forma voluntária ou atendendo aos pedidos da sociedade de melhoria da qualidade ambiental.

Quando as áreas são criadas a partir de uma demanda social é comum apresentarem maior interação social, ou seja, são áreas que permitem diferentes usos, tais como: a população pode utilizar as áreas verdes urbanas de várias maneiras, entre as principais atividades estão as caminhadas e demais práticas esportivas, mas há quem procure essas áreas para refugiar um pouco do barulho da cidade e aproveitar a calma para fazer uma leitura, por exemplo.

O Parque da Asa Sul é descrito pela legislação como um parque de uso múltiplo, ou seja, é considerado uma unidade de uso sustentável. Por estar em um centro urbano a deterioração da qualidade da água é quase inevitável. É necessário um gerenciamento adequado da drenagem urbana, coleta e disposição de lixo para mitigar os impactos causados ao meio ambiente.

A nascente do Parque da Asa Sul sofre intensas pressões pelas atividades antrópicas comprometendo sua qualidade, a proteção ao parque diminui os impactos na medida que a sociedade compreende o sentido de respeitar a natureza em meio ao assentamento urbano.

Nessa realidade como é possível integrar áreas verdes às áreas construídas sem que haja perdas para os recursos ambientais? É muito difícil não haver perda para os recursos ambientais, mas se a população tiver consciência da necessidade de preservar a natureza e usar os espaços respeitando a legislação é possível mitigar os impactos nas áreas verdes integradas às áreas construídas e ainda gerar benefícios conforme apresentaremos a seguir.

BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Segundo Guzzo (1999), os benefícios das áreas verdes são resultados das contribuições ecológicas e das funções estéticas e sociais.

As contribuições ecológicas ocorrem na medida em os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam tais impactos decorrentes da industrialização. A função estética está pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. A função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para o lazer da população. (GUZZO, 1999).

Nas cidades esses benefícios podem ser representados pelo

[...] controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída. (CAPORUSSO; MATIAS, 2008).

As teorias destacam que a vegetação tem efeitos sobre a saúde mental e física da população, e que estes elementos contribuem para valorização de áreas para convívio social, valorização econômica das propriedades e para a formação de uma memória e do patrimônio cultural. (CAPORUSSO; MATIAS, 2008; HENKE-OLIVEIRA, 1996).

Uma das principais funções do sistema de áreas verdes urbanas é possibilitar à população momentos de lazer e recreação em contato com a natureza, e contato com outras pessoas e não somente refúgios para que as pessoas possam “escapar” da cidade. Henke-Oliveira (1996) argumenta que o “estilo de vida urbano e a estrutura cultural das cidades são elementos associados à tendência ao sedentarismo, aumentando a demanda por áreas verdes e espaços para recreação”. (CAPORUSSO; MATIAS, 2008).

A manutenção das áreas verdes urbanas sempre foi justificada pelo seu potencial em propiciar qualidade ambiental à população, elas interferem diretamente na qualidade de vida dos seres por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, exercendo uma função importante para amenização das consequências negativas da urbanização.

Alguns autores, dentre eles, Henke-Oliveira (1996), Vieira (2004), Toledo e Santos (2008), citam vários benefícios que as áreas verdes podem trazer ao homem nas cidades, como: controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída. A vegetação tem efeitos diretos sobre a saúde mental e física da população. (CAPORUSSO; MATIAS, 2008).

Neste sentido, Henke-Oliveira (1996) argumenta que o “estilo de vida urbano e a estrutura cultural das cidades são elementos associados à tendência ao sedentarismo, aumentando a demanda por áreas verdes e espaços para recreação”. Vieira (2004) admite que as áreas verdes tendem a assumir diferentes papéis na sociedade e suas funções devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam. Sendo assim, para ele, as funções destas áreas estariam relacionadas à: Função Social: possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. Com relação a este aspecto, deve-se considerar a necessidade de hierarquização. Função Estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Relacionada a este aspecto deve ser ressaltada a importância da vegetação. Função ecológica: provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem

estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas. (CAPORUSSO; MATIAS, 2008).

Sabendo que melhoras pontuais na saúde mental também têm efeito protetivo sobre a saúde física, então acreditamos que os indivíduos – e a sociedade de uma forma em geral – poderiam se beneficiar amplamente de programas de exercícios em áreas verdes. (JM On Line, 2010).

Políticas públicas que observassem os benefícios de mais áreas verdes, como parques e praças, poderiam até mesmo refletir em benefícios econômicos, observam os pesquisadores. (JM On Line, 2010).

O uso de vegetação praticamente não requer significativamente avanços tecnológicos, é simples, confiável e possui grande potencial em qualquer parte do mundo. Capacitar profissionais para atuarem, na manutenção adequada e constante, em parcerias com órgãos ambientais para garantir a sustentabilidade, práticas grupais, interação e convivência entre as comunidades inseridas. O uso inteligente e racional da vegetação para se obter melhores e mais confortáveis condições microclimáticas é vital para as futuras gerações e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sustentabilidade do ambiente urbano.

COMO OS BENEFÍCIOS PODEM DAR VISIBILIDADE À IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ÁREAS VERDES URBANAS

A devastação da vegetação original cedeu lugar à área urbana, comportando construções, ruas e avenidas, aconteceram alterações no microclima.

As zonas urbanas não privilegiadas por projetos de arborização, elaboração e manutenção de áreas verdes as mudanças no microclima se tornaram ainda mais perceptíveis, sobretudo em se tratando da temperatura do ar, que se tornou mais elevada.

A importância das áreas verdes urbanas como construções capazes de manter mais estáveis as temperaturas do ar, como também de trazer contribuições em relação a outras funções ambientais, além de proporcionarem proveitos de caráter social, estético, educativo e psicológico para as populações, produzem resultados econômicos.

Nas funções ambientais, menciona-se que as áreas arborizadas e ajardinadas de uma cidade tornam-se atrativas para a fauna, uma vez que oferecem abrigo e alimento.

Temos benefícios de espaços de cultivo, preservação, apreciação e ambiente para pesquisas da flora local e para exibição de exemplares exóticos. Aproveitamento de praças, parque e jardins públicos no que diz respeito ao seu caráter social, é importante mencionar que também se transformam em espaços para práticas esportivas e de lazer. Bem como, palcos de eventos culturais, ações de cunho social, manifestações políticas e atividades comerciais.

A contribuição das áreas verdes está relacionada ao embelezamento das cidades, educação ambiental, estimulando para a prática do cultivo e preservação da flora, fauna, solo e recursos hídricos, despertando para questões relacionadas à biologia, paisagismo, jardinagem, artes e arquitetura.

Nas funções psicológicas, pode-se dizer que as áreas verdes desempenham este papel graças a todos os benefícios que proporcionam sobre o bem-estar do homem, quando este entra em contato com a natureza - construtor e mantenedor das áreas verdes para uso coletivo.

Espaços verdes urbanos poderiam beneficiar as administrações, uma vez que ocasionam uma boa impressão da gestão, sobre os cidadãos.

A grande visibilidade do espaço livre público urbano e sua importância dentro da cidade transformaram parques e praças em objetos de veiculação de propaganda política. O poder público, atualmente o principal agente produtor e gerenciador de espaços livres urbanos, pode ser, com essa política, o maior beneficiado. Uma política séria de criação e manutenção dos espaços públicos da cidade tem um efeito muito positivo na aprovação da administração pela opinião pública, reforçam os autores mencionados. Cidades onde existem investimentos em embelezamento e preocupações em transformá-las em ambientes

agradáveis de se viver também se tornam atrativas a trabalhadores e empreendimentos de diferentes ordens, estratégias que compõe as ações do “marketing urbano”. A iniciativa privada, no Brasil, pouco está desperta para os impactos ambientais, políticos, sociais e até mesmo de *marketing* que a implantação e manutenção de áreas verdes podem ocasionar. (POLITA, 201-, grifo do autor).

Construção e manutenção de espaços arborizados e ajardinados urbanos, seja da iniciativa pública ou privada, precisa ocorrer em conexão com ações de caráter participativo e educativo, uma vez que a construção de ambientes para usufruto coletivo deve acontecer em consonância com as próprias necessidades e desejos das comunidades. O aspecto participativo, além de garantir a adequação dos projetos às demandas coletivas, constitui-se de prática que educa para a preservação e manutenção das construções. (POLITA, 201-; LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Esteticamente, a contribuição das áreas verdes está relacionada ao embelezamento das cidades. Educacionalmente, porque estes espaços podem ser utilizados para educação ambiental, estimulando para a prática do cultivo e preservação da flora, fauna, solo e recursos hídricos, despertando para questões relacionadas à biologia, paisagismo, jardinagem, artes e arquitetura.

No Brasil ainda é o poder público o grande construtor e mantenedor das áreas verdes para uso coletivo. Porém, dadas as dimensões que assumiram muitas das cidades brasileiras, em algumas delas os problemas decorrentes da saúde, educação, transporte e saneamento acabaram se tornando prioritários nos planos de administração e investimentos em embelezamento das cidades ficaram em segundo plano.

Contudo, é importante mencionar que, atualmente, qualquer ação voltada à construção e manutenção de espaços arborizados e ajardinados urbanos, seja da iniciativa pública ou privada, precisa ocorrer em conexão com ações de caráter participativo e educativo, uma vez que a construção de ambientes para usufruto coletivo deve acontecer em consonância com as próprias necessidades e desejos das comunidades. O aspecto participativo, além de garantir a adequação dos projetos às demandas coletivas, constitui-se de prática que educa para a preservação e manutenção das construções. (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

A PERCEPÇÃO DOS FREQUENTADORES DO PARQUE DE USO MÚLTIPLO DA ASA SUL

Além dos resultados da pesquisa bibliográfica recém apresentada, este estudo coletou informações por meio de aplicação de questionários aos usuários do parque. As visitas foram realizadas no turno matutino, horário em que o parque está mais movimentado. Foi realizada uma intervenção no final de semana e outra durante a semana, sendo que em cada visita foram aplicados quinze (15) questionários. Considerou-se que, para o quantitativo total de frequentadores do parque, cerca de cinquenta (50) frequentadores para o horário da intervenção, a quantidade de questionários aplicados foi satisfatória. Os entrevistados apresentaram faixa etária a partir de trinta e um (31) anos, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária dos entrevistados	Quantidade
31 a 40	4
41 a 50	10
51 a 60	6
61 ou mais	10

Fonte: Coleta de dados do estudo.

Os questionamentos buscavam informações sobre a “relação dos frequentadores com o parque” (Categoria 1) e sobre a percepção ambiental dos frequentadores quanto aos benefícios gerados pelo parque (Categoria 2). Estes questionamentos estão apresentados na Figura 3.

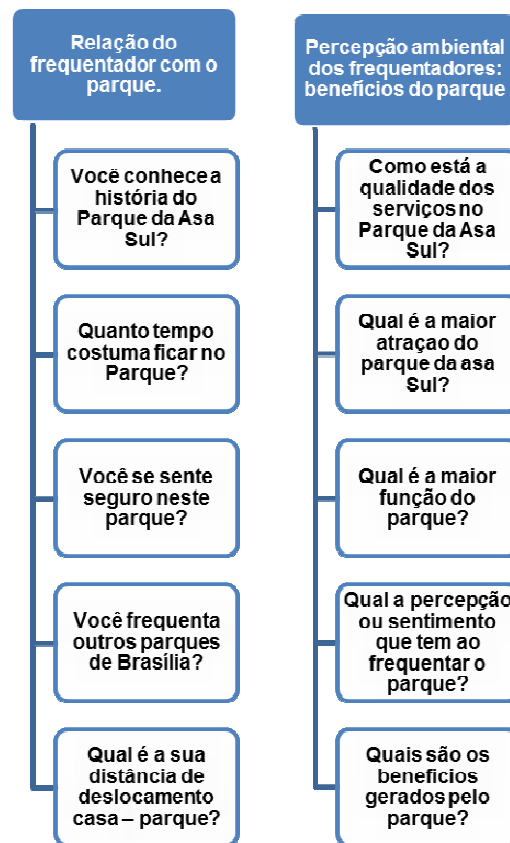


Figura 3 - Categorias de questionamentos realizados aos frequentadores
Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Quanto à categoria **relação dos frequentadores com o parque** foram obtidas as informações apresentadas nas Figuras 4a à 4e.

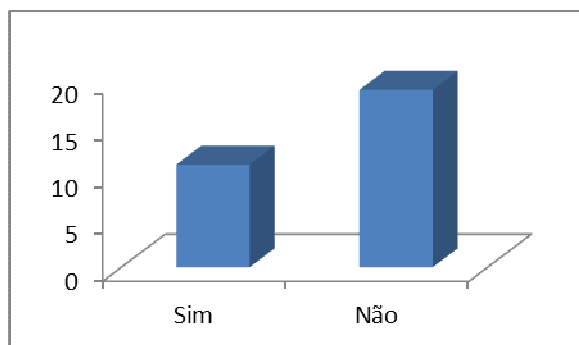


Figura 4a - Você conhece a história do Parque da Asa Sul?

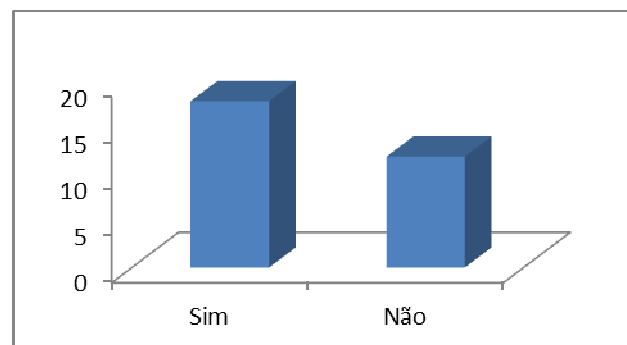


Figura 4b - Você frequenta outros parques de Brasília?

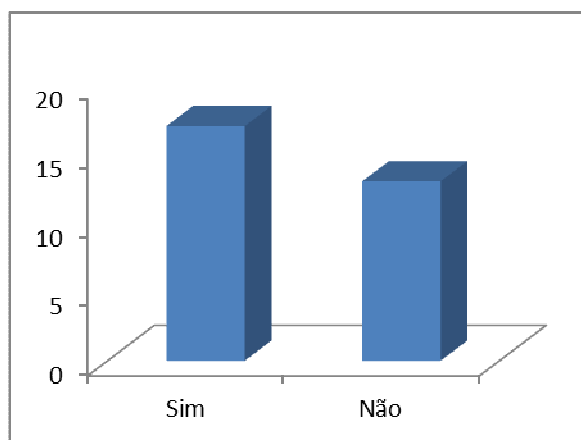


Figura 4c - Você se sente seguro neste parque?

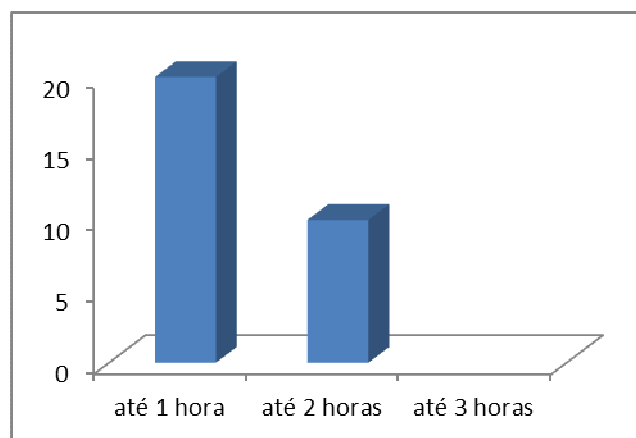


Figura 4d - Quanto tempo costuma ficar no Parque?

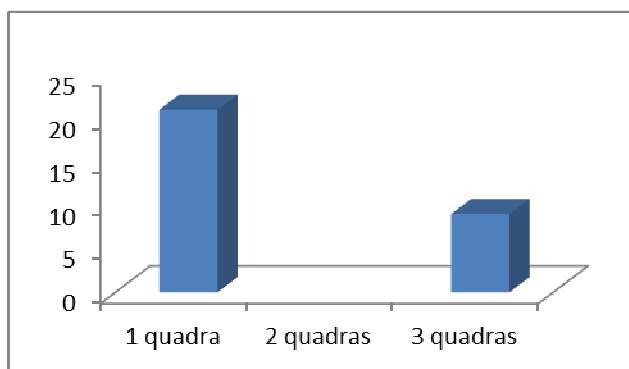


Figura 4e: Qual é a sua distância de deslocamento casa – parque?

Figura 4 - Categoria 1: Relação dos frequentadores com o parque

Fonte: Resultados do estudo.

A maior parte dos entrevistados não conhece a história do parque da Asa Sul e a explicação é que muitas pessoas que moram próximo e o frequentam, chegaram em Brasília depois de sua criação. Declaram conhecer a história aqueles frequentadores mais idosos, muitos deles estão no DF desde a fundação de Brasília. Alguns que declaram não conhecer a história demonstraram curiosidade ao perguntar sobre a criação do referido parque.

Quanto à segurança no parque, nos horários em que as entrevistas foram aplicadas, pode-se verificar que a maioria dos frequentadores sentiam-se seguros. No entanto, as pessoas que frequentam o parque nos finais de tarde não estão totalmente tranquilas com relação à segurança no local e reclamaram da ausência do Estado.

O tempo que os frequentadores ficam no parque está diretamente relacionado ao tempo dedicado à prática de exercícios físicos. Os entrevistados não se prendem à paisagem natural do parque ou a outros atrativos ecológicos. Outra demonstração que é a infraestrutura de lazer que motiva a presença dos frequentadores é o fato da maioria residir no entorno e não frequentar outros parques.

Nos questionamentos da Categoria 2 sobre **percepção ambiental dos frequentadores quanto aos benefícios gerados pelo parque** foi permitido aos entrevistados assinalarem mais de uma das alternativas. Isso por que as alternativas apresentavam benefícios sociais e ambientais e um dos intuítos do estudo era perceber se os frequentadores identificavam benefícios à conservação do meio ambiente e à sociedade concomitantemente. As Figuras 5a à 5e apresentam os resultados da Categoria 2.

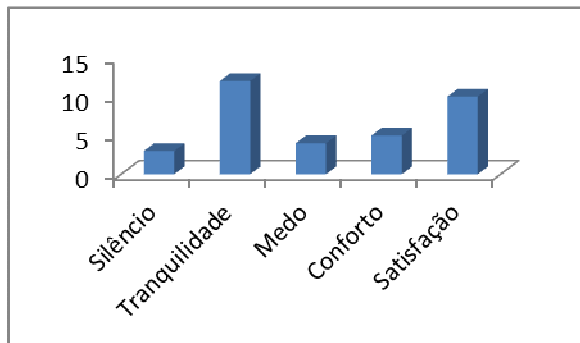


Figura 5a - Qual é a percepção ou sentimento que você tem ao frequentar o parque?

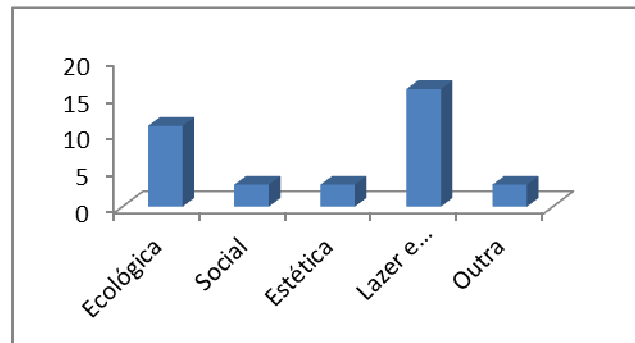


Figura 5b - Qual é a maior função do parque?

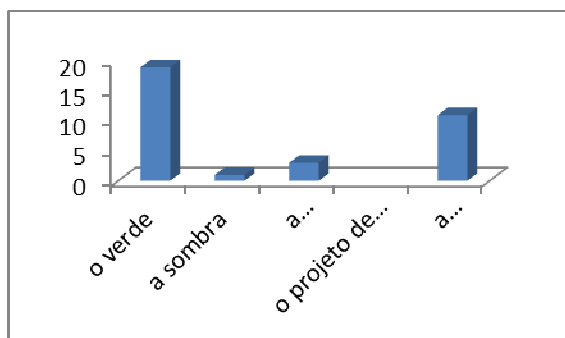


Figura 5c - Qual é a maior atração do parque da Asa Sul?

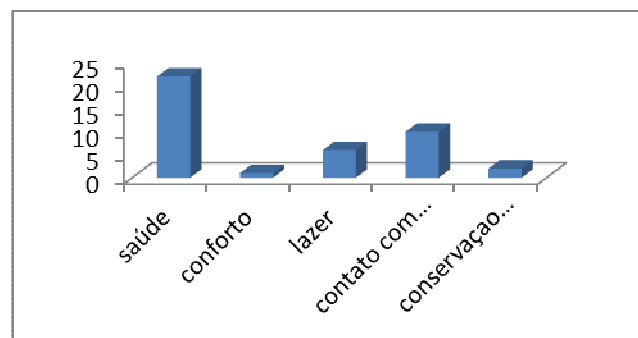


Figura 5d - Quais são os benefícios gerados pelo parque?

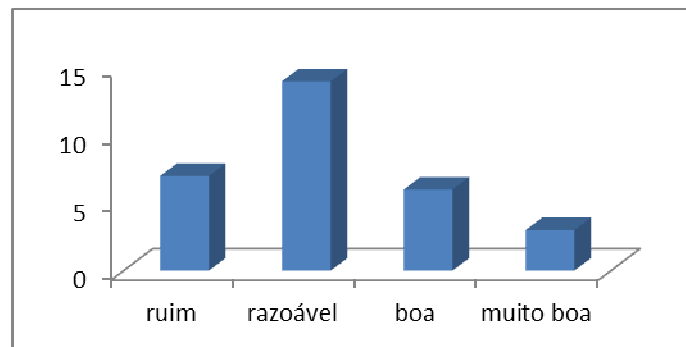


Figura 5e - Como está a qualidade dos serviços no parque?

Figura 5 – Categoria 2: Relação dos frequentadores com o parque
Fonte: Coleta de dados do estudo.

Maioria dos frequentadores afirmou ter sentimento de tranquilidade ao frequentar o Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul, apesar de entender que a segurança precisa melhorar em razão da ausência de policiamento em alguns horários e presença de áreas sem infraestrutura, segundo informado pelos entrevistados. Com relação à maior função do parque, a maioria respondeu lazer, pois todos os entrevistados estavam praticando exercícios físicos.

Quando perguntados sobre a maior atração do parque grande maioria dos frequentadores elegeu o verde, ficando claro que a população sabe da importância das áreas verdes urbanas. Os entrevistados foram questionados também sobre os benefícios trazidos pelo parque, e a maioria escolheu saúde como o principal benefício social oferecido pelo parque por ser uma área própria para praticar exercícios físicos.

Sobre a qualidade dos serviços no parque a maior parte dos frequentadores afirma estar apenas razoável, pois alguns equipamentos da praça de exercícios precisam ser melhorados, além de a maioria também cobrar uma segurança mais eficiente. A opção mais relevante é o fato de a grande maioria das pessoas que frequentam o parque entenderem que aquele local oferece saúde como maior benefício.

No entanto, a geração de benefícios deve ser percebida de forma recíproca, ou seja, para a sociedade, mas também para o meio ambiente. O que se evidenciou foi que há uma percepção maior acerca do bem-estar que sentimos, mas poucos frequentadores percebem o equilíbrio ambiental conferido pelo parque ao ecossistema urbano presente em seu entorno.

O PAPEL DO GESTOR AMBIENTAL NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS PARA A GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Sendo o Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul um ambiente antropizado pela ação do homem, sofreu degradações (erosão do solo, assoreamento do lago existente no local extensivo ao lago Paranoá, compactação do solo na área da nascente e devastação da mata ciliar), o gestor ambiental exerce papel importante na proteção dos recursos naturais e consequente manutenção dos benefícios sociais e ambientais.

Segundo Almeida Júnior (2007),

O Gestor Ambiental precisa ser um intelectual porque sua atuação é, antes de tudo, política em uma das esferas mais conturbadas de nosso tempo. Esta afirmação é polêmica e conflita com outras propostas existentes para a Gestão Ambiental que a querem ver como algo quase que exclusivamente técnico ou administrativo.

Considerando a abordagem deste estudo (social e ambiental), a atuação do gestor ambiental no planejamento, gerenciamento, execução das atividades de avaliação ambiental e recuperação das áreas degradadas deve ser política. Pois interfere em uma percepção ambiental ainda não consolidada da população conforme evidenciada em nossa pesquisa de campo, quando os frequentadores enfatizaram muito mais os benefícios sociais do que os ambientais. Nesse contexto, a eficiência e eficácia das atividades de gestão depende da intervenção efetiva junto à sociedade, por meio de programas de Educação Ambiental e da formulação de políticas públicas.

Uma vez que o Gestor Ambiental é um profissional multidisciplinar a pesquisa deve ser constante para atingir diferentes âmbitos de discussão sobre a questão ambiental. Um profissional unifacetado não tem espaço nas discussões relevantes à implementação de parques, pois atingir este estágio da Gestão demanda iniciativas de educação interna e no entorno ao parque. Figueiredo (2002) enfatiza o papel do gestor ambiental nas indústrias, mas as suas conclusões cabem à discussão aqui realizada,

O papel do gestor ambiental é fundamental e único no sentido de prover à comunidade, de dentro e do entorno da indústria, informações necessárias para analisar os problemas ambientais detectados. Formas de educação devem ser encontradas e implementadas pelo gestor para sensibilizar as pessoas e trazer à tona questões ambientais. A educação possibilitará que a comunidade tome decisões mais bem embasadas e, com isso, sinta-se mais segura. Os objetivos e metas devem estar presentes para o gestor ambiental antes mesmo de começar a se envolver no planejamento. Para atingir tais metas ele poderá escolher diferentes metodologias, dentro do arsenal disponibilizado pela educação.

É esse o papel do gestor nos parques urbanos, compreender o interior do parque e o que está em seu entorno para haver efetivo planejamento das ações de gestão. É inerente ao ser humano não apoiar iniciativas nas quais não se sente inserido ou sensibilizado. Os frequentadores do Parque da Asa Sul já percebem os benefícios de ter a área natural próxima de suas residências é necessário potencializar essa percepção dando-lhes poder de decisão. Ao ouvi-los o gestor proporciona essa participação e gera resultados de gestão que tendem a ser mantidas ao longo do tempo, pois são validadas pela população.

CONCLUSÃO

O Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul, teve sua criação motivada pela necessidade de se constituir ambientes de interação do meio urbano com meio natural, essa interação tem um contexto político, econômico, socioambiental e educativo. Entender as áreas urbanas como ecossistemas é importante para que possamos identificar a relação natureza, homem e atividades antrópicas que visam o desenvolvimento socioeconômico. Prover essas ações demanda articulações políticas para manutenção e equilíbrio entre as partes. Sendo a sustentabilidade um propósito a ser alcançado para manutenção da atual e das próximas gerações.

Para tanto é necessário fazer com que a sociedade e seus diferentes contextos compreendam a necessidade de se preservar áreas verdes urbanas, em específico, neste caso, os parques urbanos, para geração de benefícios sociais e ambientais e controle da poluição atmosférica e acústica, estabilização de superfícies por permeabilidade e fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna, e flora, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída.

Há ainda que se considerar que, conforme pesquisado por este estudo, a vegetação tem efeitos diretos sobre a saúde mental e física da população, tornar perceptível e enfatizar as contribuições dos benefícios sociais e ambientais do parque é objeto fundamental constituído no levantamento de informações referente a esse estudo. Dadas às percepções apresentadas, considera-se que foi possível atingir o objetivo proposto inicialmente e ainda diagnosticar necessidades do parque para que seus benefícios sociais e ambientais sejam potencializados ainda na geração presente. O gestor ambiental pode efetivar esta realidade nos diferentes ecossistemas urbanos que se consolidam em meio aos ricos biomas brasileiros.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. Gestor ambiental: profissional ou intelectual?. **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, SP, ano 7, v. 7, n. 3.p. 45, dez. 2007.
2. ÁREAS arborizadas podem reforçar a saúde mental, segundo estudo. **JM Online**, Uberaba, 29 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,7,SA%DADE,37840>>. Acesso em: 20 maio 2013.
3. CAPORUSSO, Danúbia; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: avaliação e proposta conceitual. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2008, Rio Claro, São Paulo. **Anais...** Rio Claro, SP: SIMP GEO, 2008. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/71-87_danubia.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.
4. DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 24.036, de 10 de setembro de 2003**. Cria o Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul na Região Administrativa de Brasília – RA I. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6859969/dodf-secao-01-11-09-2003-pg-3>>. Acesso em: 16 maio 2013.
5. _____. Instituto Brasília Ambiental. **Projeto MAPEAR: os parques do Distrito Federal**. Brasília: IBRAM, 2012. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/pdfs/projeto_mapear/mapear.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.
6. FIGUEIREDO, Rodolfo Antônio de. Bases operacionais para o gestor ambiental atuar em educação nas empresas e nas comunidades. **Revista Análise**, ano 3, n. 6, ago. 2002.
7. GUZZO, P. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto-SP, com detalhamento da cobertura vegetal e áreas verdes públicas de dois setores urbanos**. 1999. 106 f. Dissertação (mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999. p. 1-2.
8. HENKE-OLIVERIA, C. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1996. p. 11.
9. LLANDERT, Ira. **Zonas verdes y espacios libres em La ciudad**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Locla, 1982. p. 151.
10. LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, PR, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005. Disponível em: <revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/download/157/185>. Acesso em: 15 maio 2013.

11. MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. **O processo de pesquisa na graduação**. Disponível em: <http://www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/ Pesquisa_na_Graduacao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.
12. MIRANDA, Daiane Vanessa de. **Breve histórico das áreas verdes urbanas e sua funcionalidade ambiental e social na cidade de Belo Horizonte**: estudo de caso do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado. 2011. Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/95fbd393b7acf24fd3149cd0cbb455f3.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2013.
13. POLITA, Fabíola Sostmeyer. **A importância das áreas verdes urbanas**. 201-. Disponível em: <<http://www.escolaqualifica.com.br/aimportanciadasareas.php>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
14. TOLEDO, E. S.; SANTOS, D. G. Espaços livres de construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba-SP, v. 3, n. 1, p. 73-91, mar. 2008.
15. VIEIRA, P. B. H. **Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC**: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.